

Entrevista com José Fogaça

Geélison Ferreira da Silva¹
Robert Bonifácio²
Gabriel Ávila Casalecchi³

Recebido em: 06/01/2024
Aprovado em: 20/02/2024

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), atuou como professor e apresentador de programas em emissoras de televisão e de rádio em Porto Alegre. Sua trajetória, no entanto, é mais conhecida pela atuação política e pela composição de músicas, como “Vento Negro” e “Porto Alegre é demais”.

Sua trajetória partidária se deu em grande parte no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), seu primeiro e atual partido de filiação, tendo ficado fora do partido somente entre 2001 e 2004, período em que esteve filiado ao extinto Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania.

A primeira candidatura se deu em 1978, ocasião em que foi eleito deputado estadual. Nas eleições gerais seguintes, em 1982, foi eleito deputado federal. Um dos líderes das “Diretas Já” no Rio Grande do Sul, em 1984, no ano seguinte candidatou-se

¹ ditadura

² Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. E-mail: robertbonifacio@ufg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3071-2378>

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. E-mail: gacasalecchi@ufscar.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1637-0180>
Argumentos, vol. 21, n. 2, jul./dez. 2024

a vice-prefeito de Porto Alegre, em chapa encabeçada por Carrion Júnior (MDB), tendo ficado em segundo lugar na disputa. Em 1986 e 1994 foi eleito e reeleito senador da república, respectivamente. Nesse período, fez parte da Assembleia Constituinte e foi candidato a governador do Rio Grande do Sul em 1990, tendo ficado em terceiro lugar na disputa.

Nos anos 2000 sua carreira política se direciona ao Poder Executivo, tendo sido eleito e reeleito prefeito de Porto Alegre em 2004 (pelo PPS) e 2008 (pelo PMDB), respectivamente. Em 2010, renuncia ao cargo de prefeito e candidata-se novamente a governador, ficando dessa vez em segunda colocação na disputa. Na eleição seguinte, em 2014, é eleito primeiro suplente de deputado federal em sua coligação, mas assume o mandato, exercendo-o em sua plenitude. Nas eleições de 2018, concorreu a senador da república e ficou na quinta colocação.

Atualmente, Fogaça exerce posição de liderança no MDB, atuando como presidente do conselho editorial da Fundação Ulysses Guimarães.

A Revista Argumentos e os editores do dossiê “Os desafios para uma sociedade democrática” agradecem a disponibilidade do senhor José Fogaça em conceder esta entrevista, dado que é um ator político que ajudou a construir e a sustentar a democracia no Brasil, logo, possui experiência e uma leitura rica sobre os princípios e processos democráticos no país.

Entrevistadores: Fogaça, queremos entender o início de sua carreira política. O senhor foi eleito deputado estadual na primeira eleição que disputou. Qual foi a análise política sobre a viabilidade da candidatura que o senhor fez e que, conseqüentemente, o encorajou a lançar-se candidato? Em adição, nos conte quais eram suas bandeiras, isto é, quem votou no senhor à época votou a favor e contra o quê?

Fogaça: Na década de 70, eu era um professor de escola em Porto Alegre. Colégio Ruy Barbosa, Colégio Bom Conselho, Colégio Israelita. Escolas privadas que – reconheço – abrigavam os filhos da elite porto-alegrense. Tinha também intensa participação em cursos pré-vestibulares. Tornei-me professor de Português aos 19 anos, enquanto cursava a faculdade de Direito. Em 1972 iniciei um programa de TV voltado para o ensino de Português. Em 1970, fruto da rebeldia jovem daqueles tempos, fiz a

campanha do voto em branco, como protesto contra a débil “democracia consentida”, no auge do governo militar no Brasil. Foi um grave erro. O protesto, que alcançou todo o país, gerou exatamente o efeito contrário: fortaleceu enormemente o regime autoritário que vigorava no Brasil, dando ao partido do governo uma poderosa maioria no parlamento. Aquele foi um grande momento de virada e tomada de consciência em minha vida. Reconheci que o MDB não deveria ser enfraquecido, mas sim ao contrário, prestigiado e fortalecido, já que era o único instrumento político de atuação efetiva da oposição. Em 1974, muitos dos mesmos jovens que haviam apoiado o voto em branco mudaram diametralmente de posição e participaram intensamente da campanha eleitoral em favor dos candidatos do MDB. Em 1976, me filiei ao partido, levado pela insistência do então deputado estadual Pedro Simon, que era nosso presidente no RGS. Simon conta até hoje essa história enfatizando o viés da insistência. Eu era sócio do maior curso pré-vestibular da cidade e era preciso abdicar de tudo, abandonar os meus sócios, desfazer-me do patrimônio, deixar a sala de aula e os meus alunos para entrar no túnel da incerteza, das cassações, das prisões e da marginalização social a que eram todos aqueles que se aventuravam em expor-se e assumir a luta contra a ditadura. Muitíssimo – repito – muitíssimo diferente do estado de direito e liberdade de expressão que vivemos hoje. Em 1978 concorri a deputado estadual, aos 31 anos, já casado e com dois filhos, sem saber o que seria da minha vida. Meus discursos começavam assim: “Tenho 31 anos, sou um homem casado, tenho dois filhos e nunca pude votar para Presidente. Minha geração é uma geração amordaçada. Estamos proibidos de votar e escolher o Prefeito da nossa Capital, o Governador do nosso Estado, e o Presidente do nosso país.” Fui eleito o deputado estadual mais votado daquela eleição, entre oposicionistas e governistas. Iniciava ali, para mim, sem o saber, um caminho sem volta.

“Em 1970, fruto da rebeldia jovem daqueles tempos, fiz a campanha do voto em branco, como protesto contra a débil “democracia consentida”, no auge do governo militar no Brasil. Foi um grave erro”

Entrevistadores: O senhor é um fenômeno eleitoral nas eleições proporcionais. Foi eleito todas as vezes em que disputou os cargos de deputado estadual e federal. A partir da sua leitura das campanhas que disputou e também das mais recentes, das

quais esteve fora da disputa, qual receita de sucesso daria para uma campanha a deputado estadual e federal?

Fogaça: Não sei se isso é uma receita de sucesso para a realidade de hoje. Acho que, para hoje, aquilo que fundamentou os meus primeiros passos na política e sustentou minhas eleições sucessivas por quase três décadas não vigora mais. As pessoas que me elegeram sempre o fizeram em nome daqueles ideais, daqueles compromissos, daqueles projetos que eram afirmados, renovados e reafirmados a cada campanha. Tendo a construção das instituições democráticas do país como eixo e a luta contra a desigualdade como plataforma parlamentar. Sei que isso hoje soaria ingênuo e pouco realista. O país tem 35 partidos políticos, alguns têm sido usados com oportunismo para acomodação de interesses menores, vivemos a era da pós-verdade e do pragmatismo, a militância político-eleitoral ganhou outra conotação. Hoje, o que procuramos construir na Fundação Ulysses Guimarães, através da Escola de Líderes, é o que talvez melhor define o caminho no qual eu acredito. Não é uma fórmula, não é um passe de mágica. É uma tomada de decisão existencial, é a construção de uma opção, de um itinerário de vida.

“Hoje, o que procuramos construir na Fundação Ulysses Guimarães, através da Escola de Líderes, é o que talvez melhor define o caminho no qual eu acredito”

Entrevistadores: Na Assembleia Constituinte no final dos anos oitenta, o senhor defendeu a adoção do parlamentarismo como sistema de governo. Por quê? Na situação hipotética de ser um deputado ou senador constituinte hoje, levantaria novamente a bandeira do parlamentarismo?

Fogaça: Continuo achando que o parlamentarismo é a melhor solução institucional para um país como o Brasil. Em minha vida parlamentar, tive que votar em dois impeachments: o de Collor e o de Dilma. Votei com uma contrariedade íntima muito grande, não pelas personagens, mas pelo modelo. O regime presidencialista no Brasil tem levado a esses impasses, a essas situações-limite. O sistema de impeachment é legítimo e constitucional, está, sim, dentro da ordem democrática, é um mecanismo do estado de direito, mas não deixa de ser traumático. É bem diferente do clima político

que envolve a queda de um primeiro-ministro no regime parlamentarista, em que o sentido de continuidade e equilíbrio é mais evidente.

“Continuo achando que o parlamentarismo é a melhor solução institucional para um país como o Brasil”

Entrevistadores: A imagem do senhor sempre foi ligada ao MDB, uma vez que há décadas é filiado ao partido. Mas essa relação teve uma ruptura no começo dos anos dois mil. O senhor e Antônio Brito saíram do partido e foram para o PPS. Qual a leitura o senhor faz desse episódio?

Fogaça: Minhas razões foram, na época, bastante distintas daquelas que motivaram o ex-governador Antônio Brito. Não é um assunto de que goste de falar, porque sou bastante crítico à troca de partidos. Mas imagino alguém que se desse ao trabalho de ler algumas das matérias de jornal da época, além dos Diários escritos pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa pessoa talvez tirasse suas próprias conclusões: “Ah, vejam só...o Senador Fogaça foi cogitado pelo próprio presidente em três oportunidades para o ministério de FHC: Justiça, Transportes, em 93 e mais tarde, em 97 para ministério da Defesa, na saída de Élcio Álvares. O espaço se abriu, mas não aconteceu...”

Entrevistadores: No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, o senhor sempre teve como adversários políticos e partidos classificados como de centro-esquerda. É o caso do PT, PDT, Alceu Collares, Tarso Genro, Raul Pont, Maria do Rosário e outros. O que politicamente opunha o senhor a essas figuras e partidos? No passado e hoje, como o senhor se classifica ideologicamente?

Fogaça: Faço apenas um reparo na pergunta: de centro-esquerda foi somente o PDT de Alceu Collares. Os demais, são de esquerda no sentido mais definido que a palavra possa ter. A disputa com Collares nunca foi propriamente uma disputa ideológica, foi mais uma disputa por espaço político: MDB do RGS x PDT do RGS. A disputa com os demais nomes, sim, admito conter alguma divergência ideológica. Nunca deixei de ser um político voltado para o centro democrático, com nítidas opções de centro-esquerda. Há muitos anos li um livro, publicado pela Universidade Brasília, de

um professor da Universidade de Bordeaux e do Instituto de Estudos Políticos de Paris, Daniel-Louis Seiler. Ele claramente demonstra que o dualismo de esquerda e direita nunca vai deixar de existir. É bobagem dizer que esquerda e direita não existem mais. Existem, sim. E são campos nitidamente opostos. No entanto, o que há de moderno e inovador na democracia do final do século 20 e do início do século 21 é o cruzamento de clivagens. As linhas políticas talvez não mais constituam departamentos incomunicáveis. Os exemplos se tornaram múltiplos e repetidos: um governo socialista, como o de Felipe Gonzalez, na Espanha da década de 80, já recorreu a soluções liberais na economia; governos de centro-direita, como o partido da democracia-cristã na Alemanha, já optaram por soluções de caráter social-democrata, como o que aconteceu no campo do amparo social após a queda do muro de Berlim. FHC, um sociólogo que tem na esquerda a base da sua formação política original, adotou o modelo de privatização de empresas estatais, que é algo que até hoje boa parte da esquerda brasileira reprovava. Fernando Haddad aceitou a Reforma Tributária e também o arcabouço fiscal, apregoados e defendidos historicamente pelos detentores do capital, no país. Veja só: Paulo Guedes (posto Ipiranga de Bolsonaro) aceitou um Auxílio Emergencial 3 ou 4 vezes maior do que o Bolsa Família criado pelo PSDB e abraçado pelo PT, tendo sido o Bolsa uma das maiores bandeiras da esquerda ao longo de quase duas décadas, no Brasil.

O centro democrático essencialmente tem sido o grande garantidor político-parlamentar para que esses cruzamentos de clivagem aconteçam e produzam efetivas consequências políticas e sociais. O centro democrático ganha o status, nesse mundo político contemporâneo, de um ator estratégico fundamental para a viabilização e sustentação dessas políticas públicas comprometidas com uma real ideia de progresso e de justiça social. Esse é o caminho que eu acho importante trilhar.

“É bobagem dizer que esquerda e direita não existem mais. Existem, sim. E são campos nitidamente opostos. No entanto, o que há de moderno e inovador na democracia do final do século 20 e do início do século 21 é o cruzamento de clivagens”.

Entrevistadores: As pessoas geralmente costumam discutir e investigar sobre o MDB dos anos setenta e oitenta, devido ao seu protagonismo contra o regime militar.

Queremos fazer diferente aqui. Como liderança histórica do partido, por favor, nos diga como caracteriza o MDB hoje em dia e também nos diga qual o rumo político o senhor acha que o partido deve tomar no futuro a curto e médio prazo.

Fogaça: O Presidente Baleia deu um novo rumo ao MDB. A definição de Simone Tebet como candidata à Presidência da República, o posicionamento independente e corajoso contra as práticas estanques e sectárias da polarização, tudo isso mostra a busca de um novo padrão para o MDB. O governo Temer teve um papel relevante e surpreendente como um governo reformista e equilibrado politicamente. E, embora vivamos num mundo complexo e cheio de incertezas, esse é um caminho que nos dá confiança. Sem dogmas, sem preconceitos, sem reacionarismo, abertos para a diversidade e para a tolerância democrática, apegados às instituições, à liberdade, à luta pela igualdade de oportunidades e à nossa história, pautada pela figura de Ulysses Guimarães, esse é um caminho que acho que temos de trilhar nestes tempos difíceis.

Entrevistadores: O senhor é, ao mesmo tempo, espectador e construtor da democracia brasileira erigida a partir de 1985. Na condição de deputado, senador, constituinte e prefeito, ajudou a construir o regime democrático que vivenciamos. Passados quase 40 anos da redemocratização, o senhor acha que nossa democracia está consolidada? Se não, quais riscos acha que enfrentamos?

Fogaça: A democracia nunca é uma conquista definitiva. Ela precisa ser defendida permanentemente com firmeza. Mas há um dado que não pode ser esquecido: estamos vivendo o maior bloco histórico de toda a República sem golpes de Estado e sem violência institucional. A Constituição de 88 inaugurou uma era de estabilidade democrática que nenhuma outra geração conheceu em nosso país. Nenhum outro período da nossa história republicana foi assim. O Brasil nunca teve um só período de 25 anos consecutivos sem que houvesse grupos querendo tomar o poder na ponta da espada, no cano do fuzil ou com tanques na rua. Nossa Constituição já comemora 35 anos. Não podemos dizer que somos um país justo. Não atingimos ainda o pleno desenvolvimento. Mas nossas instituições democráticas subsistem, mesmo nas maiores turbulências.

“A Constituição de 88 inaugurou uma era de estabilidade democrática que nenhuma outra geração conheceu em nosso país”.

Entrevistadores: Fogaça, para finalizar, gostaríamos que fizesse uma leitura de seu legado. O que o político Fogaça deixou de herança para Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Brasil?

Fogaça: Não creio que eu possa dizer que tenho um legado só meu. Tenho, isto sim, é um legado da minha geração. É preciso, antes de mais nada, reconhecer que nem tudo saiu como nós queríamos e sonhávamos. Houve graves desvios pelo caminho. Dolorosas frustrações. Aprendemos lições seríssimas neste país. Apesar de tudo, olhando para a frente, para o que está por vir, o que se vê é que nossa geração está deixando para o Brasil um arcabouço de leis e instituições democráticas muito sólido. O vento bate, mas não derruba. No Brasil - pode-se dizer sem medo de errar - há democracia. E onde há democracia, há esperança.

“O vento bate, mas não derruba. No Brasil - pode-se dizer sem medo de errar - há democracia. E onde há democracia, há esperança”.

Entrevistadores: Em nome do periódico Argumentos, mais uma vez, agradecemos pela contribuição. Esta entrevista foi mostrada uma grande oportunidade para o debate e o aprendizado sobre os processos políticos nacionais e regionais, pautado em princípios que fundamentam a cidadania e a participação política democrática.